

UNYLEYA S.A.
Participações
e Controladas

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras
individuais e consolidadas

Índice

Relatório dos auditores independentes	3
---------------------------------------------	---

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira	7
Demonstrações do Resultado	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora e Consolidado)	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais	11
2. Principais práticas contábeis.....	13
3. Alterações de políticas contábilísticas, julgamentos, estimativas e correção de erros fundamentais	21
4. Empresas incluídas na consolidação	28
5. Caixa e equivalentes de caixa	28
6. Contas a receber.....	29
7. Estoques.....	30
8. Tributos – correntes e diferidos	30
9. Demais contas a receber.....	31
10. Outros ativos não correntes	31
11. Ativos financeiros disponíveis para venda	32
12. Ativos fixos tangíveis	33
13. Ativos intangíveis	34
14. Goodwill - ágio	35
15. Empréstimos e financiamentos.....	36
16. Fornecedores e contas a pagar	36
17. Outros passivos correntes	36
18. Provisões.....	37
19. Capital próprio	38
20. Informações por segmento de negócio	39
21. Custos e despesas por natureza	40
22. Resultado financeiro.....	40
23. Transações com partes relacionadas.....	41

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PAR 18/003

Aos Administradores e Conselheiros da
UNYLEYA EDITORA E CURSOS S.A.
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **UNYLEYA EDITORA E CURSOS S.A.**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **UNYLEYA EDITORA E CURSOS S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à **UNYLEYA EDITORA E CURSOS S.A.** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 28 de fevereiro de 2018.



**BAKER TILLY
BRASIL**

MG AUDITORES INDEPENDENTES

CRCMG – 005455/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Cristina Braga de Oliveira'.

Cristina Braga de Oliveira

Contadora – CRCMG 079371/O-6

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

CRC/MG 005455/O-1

www.bakertillybrasil.com.br

an independent member of
BAKER TILLY
INTERNATIONAL

SAUS Qd. 04, bl. A, lotes 09/10, salas 520 e 521 Ed. Victória Office Tower
Asa Sul - Brasília/DF – CEP 70070-938 – Telefones (61) 3012-9900 – Fax (61) 3012-9900
www.bakertillybrasil.com.br



**BAKER TILLY
BRASIL**
AUDITORES & CONSULTORES

Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira

em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

Reais

	Notas	Controladora (IFRS e BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ACTIVO					
Activo corrente					
Caixa e seus equivalentes	5	27 219	333 188	177 015	446 814
Contas a receber	6	16 345 470	9 942 415	19 153 767	11 865 115
Estoques	7	418 951	529 826	418 951	529 826
Tributos a recuperar	8	206 471	16 140	281 348	78 994
Demais contas a receber	9	374 459	787 922	635 539	1 164 132
Total de activos correntes		17 372 570	11 609 491	20 666 620	14 084 881
Activo não corrente					
Outros activos não correntes	10	7 959 555	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	11	2 929 170	4 805 650	-	2 501 000
Activos fixos tangíveis	12	2 182 197	2 187 669	2 894 924	3 077 970
Activos intangíveis	13	4 371 391	4 634 011	5 007 702	4 634 017
Goodwill	14	2 500 000	-	4 250 855	1 750 855
Total de activos não correntes		19 942 313	11 627 330	12 153 481	11 963 842
Total do activo		37 314 883	23 236 821	32 820 101	26 048 723
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO					
Passivo corrente:					
Empréstimos	15	1 665 102	82 327	1 665 102	275 207
Fornecedores e contas a pagar	16	4 105 451	4 588 636	5 237 933	5 588 630
Tributos a pagar	8	1 044 150	976 316	1 920 874	1 284 355
Outros passivos correntes	17	2 967 534	2 410 226	5 590 655	5 178 102
Total de passivos correntes		9 782 237	8 057 505	14 414 563	12 326 294
Passivo não corrente:					
Provisões	18	9 683 763	1 680 276	235 677	200 677
Total de passivos não correntes		9 683 763	1 680 276	235 677	200 677
Total do passivo		19 466 000	9 737 781	14 650 240	12 526 971
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO					
Patrimônio Líquido					
Capital social	19	7 110 172	7 110 172	7 110 172	7 110 172
Reservas de lucro	19	10 738 711	6 388 868	10 738 711	6 388 868
Patrimônio líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe		17 848 883	13 499 040	17 848 883	13 499 040
Interesses não controladores		-	-	320 979	22 712
Total do patrimônio líquido		17 848 883	13 499 040	18 169 862	13 521 752
Total do capital próprio e passivo		37 314 883	23 236 821	32 820 101	26 048 723

As notas explicativas são parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

O CONTADOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações do Resultado

exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

	Notas	Reais			
		Controladora (IFRS e BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS					
Vendas	20	64 077 966	62 767 741	90 903 646	73 411 150
Prestações de serviços	20	20 391 429	16 008 474	32 452 633	28 959 726
Custo dos livros vendidos	21	(729 639)	(912 102)	(1 224 402)	(815 995)
LUCRO BRUTO		83 739 756	77 864 113	122 131 877	101 554 881
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Outras receitas operacionais	20	16 697 515	3 791 386	1 964 156	1 891 520
Fornecimentos e serviços externos	21	(36 446 820)	(33 397 388)	(52 082 684)	(49 697 970)
Custos com o pessoal	21	(13 881 880)	(11 200 406)	(28 754 979)	(23 956 293)
Depreciações e amortizações do exercício	21	(3 437 637)	(2 944 509)	(4 098 948)	(3 588 351)
Provisões e perdas por imparidade	21	(6 852 862)	(4 327 205)	(7 062 019)	(4 837 382)
Outros custos operacionais	21	(9 255 356)	(11 657 817)	(1 923 616)	(1 499 872)
		(53 177 040)	(59 735 939)	(91 958 090)	(81 688 348)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		30 562 716	18 128 174	30 173 787	19 866 533
Rendimentos e ganhos financeiros	22	12 211	43 263	12 290	45 443
Custos e perdas financeiros	22	(1 136 754)	(1 365 084)	(1 326 082)	(1 636 689)
Resultados financeiros		(1 124 543)	(1 321 821)	(1 313 792)	(1 591 246)
Resultado antes de impostos		29 438 173	16 806 353	28 859 995	18 275 287
Imposto sobre o rendimento		(3 943 857)	(3 187 574)	(6 276 921)	(4 656 510)
Resultado consolidado líquido do exercício		25 494 316	13 618 779	22 583 074	13 618 777
Atribuível a:					
Accionistas da empresa-mãe		-	-	21 536 029	13 618 777
Interesses não controladores		-	-	1 047 046	-
		25 494 316	13 618 779	22 583 074	13 618 777

As notas explicativas são parte integrante da demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

O CONTADOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reserva de Lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva legal	Dividendos	Reservas para investimentos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		7 110 172	-	1 993 936	-	6 495 916	-	15 600 024
Aumento de capital	15	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de participações financeiras	15	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	-	-	13 618 776	13 618 776
Utilização de reservas	15	-	-	-	-	(2 100 984)	2 100 984	-
Destinação do lucro líquido								
Reserva legal	15	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva para investimentos	15	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	-	-	(15 719 760)	(15 719 760)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		7 110 172	-	1 993 936	-	4 394 932	-	13 499 040
Aumento de capital	15	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de participações financeiras	15	-	-	4 807	-	-	-	4 807
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	-	-	21 536 029	21 536 029
Utilização de reservas	15	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	15	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva para investimentos	15	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	-	-	(17 190 992)	(17 190 992)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		7 110 172	-	1 998 743	-	4 394 932	4 345 037	17 848 883

As notas explicativas são parte integrante da demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

O CONTADOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

	Notas	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Reais
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29 438 172	16 806 350	28 859 995	18 275 287	
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	6 e 7	3 437 637	2 944 509	4 098 948	3 588 351	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	6 817 862	4 272 205	7 027 019	4 782 382	
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	17	35 000	55 000	35 000	55 000	
Encargos financeiros de empréstimos	22	1 136 754	1 365 072	1 326 082	1 636 689	
Rendimento de títulos e valores mobiliários	22	(6)	-	(12 290)	(45 443)	
Equivalência patrimonial		(8 725 059)	3 038 974	-	-	
Variações nos ativos e passivos operacionais:						
(Aumento) em contas a receber	11	(13 220 917)	(6 475 011)	(14 315 671)	(2 995 035)	
(Aumento) redução nos estoques	10	110 875	(65 876)	110 875	(65 876)	
(Aumento) redução em tributos a recuperar	12	(190 331)	6 110	(202 354)	6 110	
(Aumento) redução nos demais ativos	9 e 13	(7 959 555)	(3 320 292)	528 593	402 786	
Aumento (redução) em fornecedores	18	(483 185)	1 054 748	(350 697)	1 042 649	
Aumento (redução) nos demais passivos	19	557 308	(1 046 419)	412 553	(1 794 407)	
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações		10 954 556	18 635 369	27 518 053	24 888 493	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3 462 552)	(2 427 028)	(6 208 526)	(4 407 880)	
Juros de empréstimos pagos	22	(1 136 754)	(1 365 084)	(1 313 792)	(1 589 587)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		6 355 250	14 843 257	19 995 735	18 891 026	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Adições de imobilizado tangível	7	(1 072 682)	(811 718)	(1 380 588)	(873 236)	
Adições de imobilizado intangível	6	(2 096 865)	(3 650 012)	(3 083 849)	(3 650 012)	
Distribuição de dividendos		(21 144 474)	(15 719 760)	(17 190 992)	(15 719 760)	
Recebimento de dividendos		16 070 026	3 774 081	-	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(8 243 994)	(16 407 409)	(21 655 429)	(20 243 008)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Contratação de empréstimos e financiamentos	16	1 582 775	(119 093)	1 389 895	(463 332)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1 582 775	(119 093)	1 389 895	(463 332)	
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(305 969)	(1 683 245)	(269 799)	(1 815 314)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14	333 188	2 016 433	446 814	2 262 128	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	14	27 219	333 188	177 015	446 814	
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(305 969)	(1 683 245)	(269 799)	(1 815 314)	

As notas explicativas são parte integrante da demonstração de fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

O CONTADOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

UNYLEYA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A UNYLEYA Editora e Cursos S.A., com sede no S I A, Trecho 17, Rua 10, Lote 456, Guar, Brasília, Distrito Federal, e suas controladas (“Companhia” ou “UnYLeYa”) têm como principais atividades a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação  distância; cursos de preparação para concursos públicos e o comércio de livros didáticos.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa não 4.

Comparabilidade

Não ocorreram mudanças nas políticas contábeis das informaoes anuais consolidadas e individuais para o período findo em 31 de dezembro de 2017, bem como os métodos de cálculos utilizados, em relação  aquelas apresentadas nas demonstraoes contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As demonstraoes do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não incluem os resultados integrais da investida UNYEAD S.A., a qual passou a ser consolidada a partir de 1o de janeiro de 2017. Portanto, a leitura das informaoes financeiras deve considerar esse aspecto.

Auditoria Independente

Informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Baker Tilly Brasil Auditores Independentes prestou os seguintes serviços: auditoria das demonstraoes financeiras individuais (UnYLeYa Editora e Cursos S.A.; Instituto IMP de Educação, Ltda; Nova Educação, Ltda; UNYTECH - UnYLeYa Tecnologia, Ltda; UnYEAD, S.A.) e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”).

Declaração Diretoria Executiva

A Diretoria da UnYLeYa, S.A. declara, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Baker Tilly Auditores Independentes, emitido em 28 de fevereiro de 2018; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registros contábilísticos das empresas incluídas na consolidação, conforme se identifica na Nota 4.

Princípios de consolidação

Os métodos de consolidação adotados pelo Grupo são os seguintes:

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas controladas, isto é, nas quais o Grupo (i) detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo e utilizada pelo Grupo); (ii) se encontre exposto ou tenha direitos e retornos variáveis do seu envolvimento nas operações da participada; e (iii) tenha a capacidade de usar os seus direitos de voto para afetar o seu retorno, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação global. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e nas demonstrações consolidadas dos resultados e dos rendimentos integrais, respetivamente, na

rubrica “Interesses não controladores”. As empresas incluídas na consolidação encontram-se indicadas na Nota 4.

Na contabilização das concentrações empresariais o custo da concentração corresponde ao justo valor dos ativos entregues, passivos e passivos contingentes assumidos à data da aquisição, conforme preconizado no IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos líquidos adquiridos é reconhecido como goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como resultado do exercício. Os interesses de acionistas sem controlo são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados ou pelo justo valor atribuído aos mesmos de acordo com critérios definidos.

Os resultados das filiais adquiridas são incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às adotadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Apresentação de relatórios por segmento operacional

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

2.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e ou prestação de serviços pela Companhia.

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de “impairment” de ativos financeiros ao custo amortizável. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento.

A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber.

2.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. É constituída provisão para perdas para os itens fora de coleção, se necessário.

2.7 Imobilizado

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

Considera-se como custo de aquisição o preço de compra adicionado às despesas imputáveis à compra.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos quando incorridos. Os gastos de valor significativo incorridos com renovações ou melhorias dos ativos fixos tangíveis são capitalizados e depreciados no correspondente período estimado de

recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao ativo e quando possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição e começam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para utilização. Os ganhos e perdas nas alienações de ativos fixos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor ao qual estão reconhecidos, são registados em resultados.

A depreciação do valor dos ativos fixos tangíveis deduzido do seu valor residual, quando este seja estimável, é efetuada de acordo com o método da linha reta, a partir do início do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos, definida em função da sua utilidade esperada.

As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	4 – 10
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 10
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	5-10

(i) A vida útil considera o prazo de vencimentos dos contratos de aluguéis.

A Companhia revisou a vida útil dos seus ativos e concluiu que as taxas de amortização e depreciação utilizadas são condizentes com as suas operações em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

2.8 Ativos Intangíveis

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de património adquiridos/trocados. O ágio de controladas é registado como “ativo intangível”. Se a adquirente apurar deságio, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente, ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“*impairment*”), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “*impairment*”, que não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

b) Programas de computador (softwares) e pesquisa e desenvolvimento de projetos internos

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Companhia demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas.

A Companhia ativa substancialmente os gastos com desenvolvimento de conteúdo educacional. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios económicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais e mão de obra direta que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software/projeto* para que esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo.
- A Administração pretende concluir o *software/projeto* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software/projeto* pode ser vendido ou usado.
- O *software/projeto* gerará benefícios económicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software/projeto*.
- O gasto atribuível ao *software/projeto* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de *software/projeto* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 6.

c) “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de “impairment”. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de “impairment” em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para “impairment”. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “impairment”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação do relatório.

2.9 Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por “impairment” sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo, será retirado do patrimônio e reconhecido ao resultado.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

2.11 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na

demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para perdas, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes

As despesas fiscais do exercício compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado. As empresas do Grupo optaram pelo lucro presumido para o cálculo dos impostos sobre o lucro, exceto a empresa Nova Educação que opta pelo Lucro Real.

2.14 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.15 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

2.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma redução de patrimônio líquido nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.17 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais à taxa de câmbio da data da transação. A cada data de reporte financeiro é efetuada a atualização cambial de ativos e passivos, aplicando a taxa de fecho. As diferenças cambiais daí resultantes são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que foram determinadas.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data de reporte, são registradas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que ocorrem.

2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do reporte que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data do reporte, se materiais, que proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS's) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, foram adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRS's novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior:

1- Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício económico da Empresa iniciado em 1 de janeiro de 2017:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 12 - Reconhecimento de impostos diferidos ativos por perdas não realizadas	1-jan-17	Esta emenda vem clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de ativos por impostos resultantes de perdas não realizadas.
Emenda à IAS 7 - Divulgações	1-jan-17	Esta emenda vem introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de atividades de financiamento.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo UnYLeYa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

2- Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	1-jan-18	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e à aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	1-jan-18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.
IFRS 16 – Locações	1-jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que A IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Clarificações sobre a IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	1-jan-18	Estas alterações vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
Emenda à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9, Instrumentos financeiros, com a IFRS 4, Contratos de seguros	1-jan-18	Esta emenda proporciona orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9. A IFRS 4 será substituída com a entrada em vigor da IFRS 17.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2017, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

3- Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-21	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.

Emenda à IFRS 2: Classificação e medida das transações de pagamentos em ações	1-jan-18	Esta emenda vem introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada.
Emenda à IAS 40: Transferências de propriedades de investimento	1-jan-18	Esta emenda clarifica que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	1-jan-18 com exceção das alterações à IFRS 12, cuja data de aplicação é 1-jan-17	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou <i>joint ventures</i> detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	1-jan-19	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser

registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição/construção de um ativo, em dívida após o correspondente ativo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade.

Emenda à IFRS 9: características de pagamentos antecipados com compensação negativa	1-jan-19	Esta emenda vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros.
Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos	1-jan-19	Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respetivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos.
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira incluindo adiantamentos para compra de ativos	1-jan-18	Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.

IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento	1-jan-19	Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.
-------------------------------------------------------------------	----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo (Empresa) no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas. (ou, se aplicável, descrever os impactos expectáveis da aplicação futura das normas)

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Práticas contábeis são aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de elaborar estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos.

As estimativas contabilísticas mais significativas, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, incluem:

- Vidas úteis e reconhecimento de ativos intangíveis;
- Análises de imparidade dos ativos intangíveis, do *goodwill*, de contas a receber e de inventários;

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registradas em resultados de forma prospectiva em conformidade com o disposto no IAS 8.

4. EMPRESAS ÍNCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, método de consolidação adotado e proporção do capital efetivamente detido em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Método de consolidação	2017	2016
			Mãe	Mãe
UnYLeYa Editora e Cursos, S.A.	DF	Global	Mãe	Mãe
IMP Editora e Cursos, Ltda	DF	Global	100,0%	100,0%
Nova Educação, Ltda	DF	Global	100,0%	100,0%
UNYTECH - UnYLeYa Tecnologia, Ltda	DF	Global	100%	100%
AVM Cursos e Serviços Educacionais	DF	Global	77,8%	77,8%
UNYEAD Educacional S.A.	DF	Global	55,0%	10,0%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	27 219	333 133	177 015	446 758
CDB (i)	-	56	-	56
	27 219	333 188	177 015	446 814

- i. Refere-se a aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados ao CDI. A rentabilidade média foi de 98% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cientes e outras contas a receber				
Ensino Pós Graduação a Distância	68 370 539	51 392 206	68 370 539	51 392 206
Preparatório para Concursos	-	-	4 184 651	2 817 392
Ensino Graduação a Distância	-	-	68 295	-
Outros	2 396 873	3 173 922	2 046 391	3 164 238
	70 767 412	54 566 128	74 669 876	57 373 836
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Ensino Pós Graduação a Distância	(23 429 483)	(16 611 622)	(23 429 483)	(16 611 622)
Preparatório para Concursos	-	-	(1 094 166)	(885 008)
	(23 429 483)	(16 611 622)	(24 523 649)	(17 496 630)
Valor de matrículas efetuadas a reconhecer como receita				
Ensino Pós Graduação a Distância (i)	(30 992 459)	(28 012 091)	(30 992 459)	(28 012 091)
Contas a receber de clientes, líquidas	16 345 469	9 942 415	19 153 767	11 865 115

A Companhia mensalmente constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores mensais de recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando a performance de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda que é recorrentemente provisionada. A probabilidade de perda aumenta conforme o tempo de atraso do pagamento e quando o atraso atinge uma faixa superior a 90 dias a provisão é feita em 100%. Mesmo esse título provisionado, os esforços de cobrança continuam e os recebimentos de títulos já provisionados são reconhecidos diretamente ao resultado quando de seu recebimento. A Companhia não possui operações de desconto de duplicatas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

- i. No ensino de Pós Graduação a Distância a companhia reconhece no seu balanço o valor integral no momento da realização da matrícula. Mensalmente e por um prazo que varia entre 10 a 12 meses é reconhecida a receita na demonstração de resultados.

Vencimentos de contas a receber – Consolidado

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2017	31/12/2016
Valores a vencer	45 845 664	36 712 988
Vencidos		
Até 30 dias	2 046 779	1 418 802
Entre 31 e 60 dias	1 241 696	958 228
Entre 61 e 90 dias	1 050 210	787 188
+ de 90 dias	24 485 525	17 496 630
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24 523 649)	(17 496 630)
Valor de matrículas efetuadas a reconhecer como receita	(30 992 459)	(28 012 091)
	19 153 767	11 865 115

7. ESTOQUES

Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	2017	2016
Livros e coleções "Alumnus"	494 230	605 105
Provisão para obsolescência de Livros "Alumnus"	(75 279)	(75 279)
	418 951	529 826

8. TRIBUTOS – CORRENTES E DIFERIDOS

Controladora (BR GAAP)

	2017		2016	
	No ativo	No passivo	No ativo	No passivo
Outros impostos (i)	206 471	1 044 150	16 140	976 316
	206 471	1 044 150	16 140	976 316

	2017		2016	
	No ativo	No passivo	No ativo	No passivo
IRPJ	182 974	708 484	-	668 422
CSLL	23 497	335 667	16 140	307 894
	206 471	1 044 150	16 140	976 316

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	2017		2016	
	No ativo	No passivo	No ativo	No passivo
Outros impostos (i)	281 348	1 920 874	78 994	1 284 355
	281 348	1 920 874	78 994	1 284 355

	2017		2016	
	No ativo	No passivo	No ativo	No passivo
IRPJ	246 911	1 325 918	51 914	887 834
CSLL	34 437	594 955	27 080	396 521
	281 348	1 920 874	78 994	1 284 355

9. DEMAIS CONTAS A RECEBERControladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos a fornecedores	77 196	122 286	106 065	128 007
Empregados	-	17 628	-	43 692
Outros ativos correntes	225 471	565 152	436 682	789 083
Cauções em Alugueis	55 148	62 700	76 148	177 368
Despesas antecipadas	16 644	20 156	16 644	25 983
	374 459	787 922	635 539	1 164 132

10. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTESControladora (BR GAAP)

	2017	2016
Divida da UNYTECH à UNYLEYA	7 959 555	-
	7 959 555	-

11. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os investimentos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade e, como tal, estão reconhecidos ao seu valor de aquisição.

Controladora (BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2016	Adições/(Dimi nuições)	Saldo em 31-Dez-2017
Activos financeiros disponíveis para venda:			
Equivalência patrimonial em participadas	2 304 650	624 520	2 929 170
Acções para negociação	2 501 000	(2 501 000)	0
	4 805 650	(1 876 480)	2 929 170

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2016	Adições	Transferências	Saldo em 31-Dez-2017
Activos financeiros disponíveis para venda:				
Acções para negociação	2 501 000	-	(2 501 000)	0
	2 501 000	-	-	-

12. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

Controladora (BR GAAP)

	Saldo em 31 Dez 2016	Adições	Transferências	Baixas e Alienações	Saldo em 31 Dez 2017
Valor bruto					
Edificações e Benfeitorias	1 889 958	362 704	-	-	2 252 662
Equipamentos de Informática	2 016 229	439 719	-	-	2 455 948
Moveis Equipamentos e Utensílios	1 320 621	190 126	-	-	1 510 747
Bibliotecas	214 848	77 747	-	-	292 595
Equipamento de transporte	164 480	-	-	-	164 480
Outros activos fixos tangíveis	14 760	-	-	-	14 760
Projeto Norte Energia (i)	201 063	2 385	-	-	203 448
	5 821 958	1 072 682	-	-	6 894 640
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Edificações e Benfeitorias	(1 186 028)	(326 771)	-	-	(1 512 800)
Equipamentos de Informática	(1 276 224)	(418 843)	-	-	(1 695 067)
Moveis Equipamentos e Utensílios	(825 033)	(177 338)	-	-	(1 002 371)
Bibliotecas	(157 518)	(25 973)	-	-	(183 492)
Equipamento de transporte	(94 437)	(33 204)	-	-	(127 642)
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Projeto Norte Energia (i)	(95 048)	(96 023)	-	-	(191 071)
	(3 634 289)	(1 078 153)	-	-	(4 712 442)
Valor líquido	2 187 669				2 182 197

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Saldo em 31 Dez 2016	Adições	Transferências	Baixas e Alienações	Saldo em 31 Dez 2017
Valor bruto					
Edificações e Benfeitorias	3 107 299	437 420	-	-	3 544 718
Equipamentos de Informática	2 596 410	479 935	-	-	3 076 345
Moveis Equipamentos e Utensílios	3 214 964	336 616	-	-	3 551 580
Bibliotecas	214 848	124 232	-	-	339 080
Equipamento de transporte	164 480	-	-	-	164 480
Outros activos fixos tangíveis	14 760	-	-	-	14 760
Projeto Norte Energia (i)	201 063	2 385	-	-	203 448
	9 513 822	1 380 588	-	-	10 894 410
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Edificações e Benfeitorias	(2 027 979)	(499 919)	-	-	(2 527 899)
Equipamentos de Informática	(1 800 560)	(492 225)	-	-	(2 292 785)
Moveis Equipamentos e Utensílios	(2 260 309)	(412 079)	-	-	(2 672 388)
Bibliotecas	(157 518)	(30 183)	-	-	(187 701)
Equipamento de transporte	(94 437)	(33 204)	-	-	(127 642)
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Projeto Norte Energia (i)	(95 048)	(96 023)	-	-	(191 071)
	(6 435 853)	(1 563 633)	-	-	(7 999 486)
Valor líquido	3 077 970				2 894 924

(i) projeto que está a ser amortizado pelo período de 24 meses.

13. ATIVOS INTANGÍVEIS

A movimentação do intangível é conforme segue:

Controladora (BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2016	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31-Dez-2017
Valor bruto					
Desenvolvimento de Projetos Internos (a)	8 534 759	1 648 891	-	-	10 183 650
Outros activos intangíveis	1 413 795	447 974	-	-	1 861 768
	9 948 554	2 096 865	-	-	12 045 419
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Desenvolvimento de Projetos Internos	(4 852 958)	(1 923 645)	-	-	(6 776 603)
Outros activos intangíveis	(461 585)	(435 839)	-	-	(897 424)
	(5 314 543)	(2 359 484)	-	-	(7 674 027)
Valor líquido	4 634 011				4 371 391

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2016	Adições	Adições Provenientes de Adquiridas	Transferências	Baixas	Saldo em 31-Dez-2017
Valor bruto						
Desenvolvimento de Projetos Internos (a)	8 534 759	2 085 108	-	-	-	10 619 866
Software	1 497 350	998 742	-	-	-	2 496 092
	10 032 109	3 083 849	-	-	-	13 115 958
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas						
Desenvolvimento de Projetos Internos	(4 852 958)	(2 001 639)	-	-	-	(6 854 597)
Software	(545 134)	(708 524)	-	-	-	(1 253 659)
	(5 398 092)	(2 710 164)	-	-	-	(8 108 256)
Valor líquido	4 634 017					5 007 702

a. Desenvolvimento de projetos internos

	Saldo em 31-Dez-2016	Saldo em 31-Dez-2017
Produção de conteúdo (i)	7 555 991	9 547 137
Novas unidades e novos cursos (ii)	978 768	1 072 729
	8 534 759	10 619 866

- i. Refere-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de conteúdo pedagógico e de banco de dados educacional. Conforme os projetos são finalizados, a amortização é iniciada por um período de até três anos.
- ii. Referem-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de projetos com vida útil estimada entre cinco e dez anos, conforme segue:
 - Abertura dos polos Rio de Janeiro (RJ), Asa Sul (DF), Taguatinga (DF), São Paulo (SP), Ribeirão Preto (SP), Montes Claros (MG), Nova Lima (MG), Santos (SP), Vitória (ES) e Campos (RJ), Cuiabá (MT), ;
 - Infraestruturas operacional e tecnológica, adicionais, que são requeridas pelo Ministério da Educação - MEC, para garantir a operação do ensino superior.
 - Desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI com detalhamento de todos os cursos a serem protocolados no MEC e gastos incorridos no processo de credenciamento da faculdade ILEYA "campi" e cursos.

14. GOODWILL - ÁGIO

Ágio pago em aquisição de controladas

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio pago em aquisições de controladas e incorporadas é composto por:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2017	Saldo em 31-Dez-2016
<i>Nova Educação, Ltda (i)</i>	1 749 995	1 749 995
<i>UNYEAD Educacional S.A. (ii)</i>	2 500 000	-
<i>AVM Cursos e Serviços Educacionais Ltda (ii)</i>	860	860
	4 250 855	1 750 855

O ágio pago em aquisições de controladas e incorporadas é composto por:

- i. Aquisição da empresa Nova Educação no segmento de negócio de preparatórios para concursos.
- ii. Refere-se ao ágio gerado em combinação de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura.

Testes do ágio para verificação de “impairment”

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), identificadas de acordo com o segmento operacional.

Em 31 de dezembro de 2017, os ágios foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição do saldo de empréstimos e financiamentos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Financiamento (i)	1 475 460	-	1 475 460	192 880
Arrendamento mercantil financeiro (ii)	12 753	82 327	12 753	82 327
Cartão BNDES (iii)	176 889	-	176 889	-
	1 665 102	82 327	1 665 102	275 207

- i. **2016** - Empréstimo contraído pela Nova Educação com o banco ITAU a uma taxa de 1,75% a.m.. Este empréstimo está garantido por recebíveis em cartão de crédito.
2017 – Empréstimo contraído pela UNYLEYA com o banco Bradesco a uma taxa de 12,05% ano. Este empréstimo será amortizado em 12 parcelas mensais.
- ii. Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irrevogáveis sujeitos a encargos médios de 11% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 36 a 48 meses. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”.
- iii. Determinados equipamentos foram adquiridos através do cartão BNDES sujeitos a encargos financeiros a uma taxa de 1,47% a.m..

16. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

No consolidado, o saldo da rubrica “fornecedores” é composto por fornecedores de materiais e serviços para os cursos de pós graduação EAD, por serviços e produtos necessários à produção e comercialização de livros didáticos da Alumnus e do IMP, e por consultorias voltadas para a área de educação.

17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Controladora (BR GAAP)

Correntes	2017	2016
Responsabilidades a liquidar	563 525	323 518
Partes relacionadas	412 537	216 396
Tributos a pagar	72 838	165 620
Salários e encargos sociais a pagar (i)	1 918 634	1 704 691
	2 967 534	2 410 225

(i) Salários e encargos sociais a pagar

	2017	2016
Salários a pagar	507 849	445 039
INSS a recolher	242 957	200 866
FGTS a recolher	75 243	64 121
IRRF a recolher	134 403	124 914
Provisão de férias	739 611	638 784
Encargos sobre provisões	218 185	220 380
Outros	386	10 588
	1 918 634	1 704 691

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	2017	2016
Correntes		
Responsabilidades a liquidar	1 059 442	718 490
Partes relacionadas	191 926	294 166
Tributos a pagar	334 801	609 087
Salários e encargos sociais a pagar (i)	3 960 028	3 511 901
Outros	44 457	44 457
	5 590 655	5 178 102

(i) Salários e encargos sociais a pagar

	2017	2016
Salários a pagar	1 086 632	936 972
INSS a recolher	429 738	343 526
FGTS a recolher	166 576	145 663
IRRF a recolher	200 490	213 736
Provisão de férias	1 602 994	1 375 904
Encargos sobre provisões	472 884	474 687
Outros	715	21 414
	3 960 028	3 511 901

18. PROVISÕES

A Companhia é parte envolvida em ações ou processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões para perdas cíveis têm como base para registro contábil a totalidade dos valores dos processos classificados como prováveis de acordo com opiniões de consultores jurídicos.

A movimentação das referidas provisões no exercício está demonstrada a seguir:

Controladora (BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2016	Adições	Baixas	Saldo em 31-Dez-2017
Provisões para riscos e encargos				
Equivalência patrimonial em participadas	1 479 599	-	-	1 479 599
Processos judiciais em curso	200 677	35 000	-	235 677
	1 680 276	35 000	-	1 715 276

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2016	Adições	Baixas	Saldo em 31-Dez-2017
Provisões para riscos e encargos				
Processos judiciais em curso	200 677	35 000	-	235 677
	200 677	35 000	-	235 677

19. CAPITAL PRÓPRIO

a. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia totaliza, em 31 de dezembro de 2016, R\$7.110.172 e é composto por 1.213.828 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas.

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Companhia utiliza 6 segmentos operacionais para diferenciação dos produtos oferecidos:

- ➔ Pós Graduação a Distância;
- ➔ Corporativo;
- ➔ IMP Preparatório;
- ➔ Editora Alumnus;
- ➔ Graduação;
- ➔ Concursos EAD

Lucro Operacional – 2017

RESUMO	Pós Graduação	Corporativo	IMP Preparatório	Editora Alumnus	Graduação	Concursos EAD	Escola de Saúde	Custos Indiretos	Total
Receita líquida	77 040 729	2 870 121	20 417 282	1 008 989	3 618 770	1 559 070	-	-	106 514 961
Custos Diretos	(21 004 337)	(511 997)	(9 190 874)	(575 481)	(2 280 023)	(763 515)	(14 542)	-	(34 340 769)
Custos de Estrutura	(14 184 026)	(889 176)	(7 214 580)	(288 868)	(3 966 195)	(383 955)	(531 997)	(10 442 660)	(37 901 457)
Depreciations	(2 167 640)	(96 023)	(358 671)	-	(418 328)	-	(76 157)	(982 129)	(4 098 948)
<i>Lucro operacional antes do resultado financeiro</i>	<i>39 684 727</i>	<i>1 372 925</i>	<i>3 653 156</i>	<i>144 640</i>	<i>(3 045 776)</i>	<i>411 600</i>	<i>(622 696)</i>	<i>(11 424 789)</i>	<i>30 173 787</i>

Lucro Operacional – 2016

RESUMO	Pós Graduação	Corporativo	IMP Preparatório	Editora Alumnus	Graduação	Concursos EAD	Custos Indiretos	Total
Receita líquida	59.827.390	3.841.839	25.381.853	1.017.232	2.108.816	1.357.721	-	93.534.850
Custos Diretos	(19.877.255)	(343.230)	(11.517.835)	(605.519)	(1.301.711)	(784.637)	-	(34.430.185)
Custos de Estrutura	(12.418.195)	(1.299.250)	(9.998.870)	(295.018)	(2.396.243)	(422.136)	(8.820.070)	(35.649.781)
Depreciations	(1.637.239)	(88.553)	(643.842)	-	(49.377)	-	(1.169.341)	(3.588.351)
<i>Lucro operacional antes do resultado financeiro</i>	<i>25.894.701</i>	<i>2.110.807</i>	<i>3.221.306</i>	<i>116.696</i>	<i>(1.638.515)</i>	<i>150.948</i>	<i>(9.989.411)</i>	<i>19.866.533</i>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Durante o exercício de 2017 e 2016 os custos e despesas tiveram a seguinte decomposição:

	2017	2016
Serviços de terceiros	(29 933 597)	(28 018 855)
Salários e encargos sociais	(28 754 979)	(23 956 293)
Custo dos produtos vendidos	(3 121 601)	(2 075 786)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7 062 019)	(4 782 382)
Depreciação e amortização	(4 098 948)	(3 588 351)
Publicidade e propaganda	(3 627 428)	(3 994 381)
Aluguel e condomínio	(6 538 147)	(6 140 565)
Viagens	(1 178 715)	(1 006 745)
Jurídico e provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(867 526)	(722 026)
Outros custos e despesas	(9 963 688)	(10 110 479)
	(95 146 648)	(84 395 863)

22. RESULTADO FINANCEIRO

Controladora e Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Gastos e perdas financeiros:</u>				
Juros suportados	(1 136 754)	(1 365 084)	(1 326 082)	(1 636 689)
	(1 136 754)	(1 365 084)	(1 326 082)	(1 636 689)
<u>Rendimentos e ganhos financeiros:</u>				
Juros obtidos	12 211	43 263	12 290	45 443
	12 211	43 263	12 290	45 443
Resultados financeiros	(1 124 543)	(1 321 821)	(1 313 792)	(1 591 246)

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações da Companhia e de suas controladas com partes relacionadas são os seguintes:

a) Crédito e débito com partes relacionadas (controladora)

	Ativo		Passivo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cientes	612 615	200 964	-	-
Outros activos não correntes	7 959 555	-	-	-
Outros passivos correntes	-	-	298 380	-
Provisões	-	-	9 448 086	1 479 599
	8 572 170	200 964	9 746 466	1 479 599

A Companhia não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho; de curto prazo a empregados e administradores, pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração (Conselheiros) e os diretores estatutários.

Os membros do Conselho de Administração não auferem remuneração.

A remuneração dos diretores estatutários das subsidiárias, nos exercícios, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Salários "Pro-Labore"	94 000	108 000
	94 000	108 000